

1 CAE

Dívidas de estados podem ter nova regra

PÁGINA 2

2 CE

Em estudo, mudança no estágio

PÁGINA 2

3 CAS

Projeto prevê limite para reserva indígena

PÁGINA 4

Everardo deve apresentar à CPI propostas contra evasão fiscal

Secretário da Receita Federal tem audiência marcada para esta quarta-feira, às 17h, na comissão. Ele foi convocado para expor anteprojeto destinado a fechar brechas legais usadas pelas empresas



Ao depor em maio, Everardo (E) revelou dados sobre evasão fiscal. Agora, senadores querem anteprojeto para corrigir o problema

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, deverá apresentar nesta quarta-feira à CPI do Sistema Financeiro os anteprojeto de lei destinados a fechar brechas legais usadas pelas empresas para reduzir o Imposto de Renda a pagar. No ano passado, tais brechas permitiram que metade das 530 maiores empresas brasileiras nada pagassem de Imposto de Renda. Os senadores pediram os anteprojeto ao secretário no dia 20 de maio, quando ele prestou depoimento à CPI. Amanhã, a comissão deverá marcar as datas dos depoimentos do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga – os últimos a serem ouvidos pela CPI.

PÁGINA 3

COMISSÃO MISTA VISITARÁ BOLSÕES DE POBREZA DO PAÍS

Senadores e deputados que integram a Comissão Mista que estuda medidas para combater a fome e a miséria vão se dividir em grupos para poder visitar as diferentes regiões do país e conhecer, de perto, a situação de pobreza vivida pela população. O presidente da comissão, senador Maguito Vilela, considera fundamental essa agenda de viagens. Já a vice-presidente, senadora Marina Silva, distribuiu aos integrantes da comissão uma lista com os 54 projetos em tramitação no Congresso que visam reduzir a pobreza, ampliar o emprego ou diminuir as desigualdades sociais.

PÁGINA 4

Senador Maguito Vilela (D) lembrou que visitas como essa foram importantes para a implantação de programas contra a pobreza durante o seu governo no estado de Goiás



Senadores fazem apelo à estabilidade

Três senadores manifestaram ontem, antes da indicação de Alcides Tápias, a esperança de que a mudança do ministro do Desenvolvimento consolide a estabilidade econômica.

PÁGINA 3

CAE discute novas regras para dívidas estaduais

A Comissão de Assuntos Econômicos também deve votar cinco projetos terminativos, quase todos dispondo sobre alterações tributárias

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprecia nesta quarta-feira, a partir das 10h, duas propostas que alteram a Resolução nº 78 do Senado, que trata das regras para o endividamento dos estados, Distrito Federal e municípios.

Projeto de resolução de autoria de Osmar Dias (PSDB-PR) exclui do rol das operações de crédito reguladas pela resolução a concessão de garantias que representem apoio dos estados, Distrito Federal e municípios a pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas. A proposta recebeu parecer favorável de Bernardo Cabral (PFL-AM), na forma de substitutivo.

Outro projeto de resolução, de Casildo Maldaner (PMDB-SC), elimina a obrigação dos governos que solicitam financiamentos de anexarem certidões

dos tribunais de contas, quando estas se referirem ao exercício anterior ao do pedido. De acordo com Maldaner, a exigência é desnecessária porque as contas já teriam sido analisadas pelos tribunais. O relator da proposta é Osmar Dias, que se posicionou favoravelmente na forma de um substitutivo. Os dois projetos deverão ser votados pelo plenário do Senado após tramitar na comissão, pois são de caráter não terminativo.

Consta ainda da pauta da CAE projeto estabelecendo que as assembleias legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas sobre a liberação de recursos federais para os respectivos estados ou para o DF. A proposta, de Ademir Andrade (PSB-PA), tem parecer favorável

de Paulo Hartung (PSDB-ES).

Há, ao todo, cinco projetos em caráter terminativo na comissão. O primeiro, de autoria de Arlindo Porto (PTB-MG), altera a legislação que trata do sistema nacional de seguros privados e regula as operações de seguros e resseguros. O segundo, de Edison Lobão (PFL-MA), muda o Imposto de Renda das pessoas jurídicas. Outro, de Luiz Estevão (PMDB-DF), permite que profissionais liberais optem pelo Simples.

O quarto projeto terminativo, de Moreira Mendes (PFL-RO), dispõe sobre isenção temporária do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para a compra de veículos de carga. O último projeto, de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), concede isenção do IPI às doações a entidades sem fins lucrativos.

CCJ examina anistia para quem não votou

Os eleitores que não votaram em 1998 poderão ser anistiados das multas e demais sanções se for aprovado projeto de lei do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina nesta quarta-feira, a partir das 15h30. O projeto tem parecer favorável do relator, Carlos Wilson (sem partido-PE).

Entre os oito itens da pauta da CCJ, está também a proposta de emenda constitucional (PEC) de José Roberto Arruda (PSDB-DF), que determina que a posse do presidente da República, governadores, prefeitos e respectivos vices seja feita no dia 15 de dezembro do mesmo ano em que forem realizadas as eleições. O parecer do relator, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é favorável à aprovação.

Outra PEC em tramitação na CCJ, de autoria de Ademir Andrade (PSB-PA), prevê que a transmissão de cargo, substituição ou sucessão do governador e do prefeito será feita imediatamente após a ausência ou impedimento dos titulares ou a vacância do cargo. O parecer do relator, Amir Lando (PMDB-RO), é favorável à proposta.

Comissão de Educação analisa projeto que regulamenta estágio

A Comissão de Educação (CE) reúne-se nesta quarta-feira para apreciar uma pauta de 21 itens. Entre as proposições legislativas a serem examinadas, está o projeto de lei de Ademir Andrade (PSB-PA) que prioriza o caráter educacional no estágio remunerado para estudantes de cursos superiores, profissionalizantes, segundo grau, supletivo e escolas de educação especial. A intenção do senador é evitar o desvirtuamento dos programas de estágio para a contratação de mão-de-obra qualificada e barata. A proposta fixa em dois anos o período do estágio, dá o direito a férias remuneradas após doze meses e permite ao estagiário pedir dispensa nos períodos de provas e exames.

Ademir argumenta que o estágio vem sendo indiscriminadamente usado para substituir trabalhadores com vínculo empregatício. Conforme observou, os valores pagos pelas empresas, principalmente as transnacionais, são inferiores aos dos demais profissionais. A matéria será apreciada em caráter terminativo.

A CE também deverá votar proposta de Marina Silva (PT-AC) que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Na pauta, também, projeto de Moreira Mendes (PFL-RO) que cria o selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional. Ambas as propostas têm pareceres favoráveis.

A comissão, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprecia ainda projeto de Luzia Toledo (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES) que dá o nome de "Senador João Calmon" à Escola Técnica Federal do Espírito Santo. Outro projeto na pauta, de Romero Jucá (PSDB-RR), denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" um dos trechos da BR-174. Também deverá ser apreciado projeto de Nabor Júnior (PMDB-AC) que denomina "Governador Edmundo Pinto" um trecho da rodovia BR-364.

A Comissão de Educação também deverá votar a renovação da concessão de doze emissoras de rádio e ainda da TV Record de Brasília e de Rio Preto (SP).



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária destinada ao trabalho nas comissões permanentes

COMISSÕES

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *PR nº 66/99, altera a Resolução 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; *PR nº 68/99, dá nova redação ao inciso VIII do art. 13 da Resolução nº 78/98; *PLS nº 392/99, que determina que as assembleias legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos estados ou para o Distrito Federal; *PLS nº 379/99, altera os arts. 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73/96, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros; *PLS nº 433/99, acrescenta parágrafos ao art. 34 da Lei nº 9.249/95, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido; *PLS nº 405/99, altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples; *PLS nº 11/99 - Complementar, que define serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; *PLS nº 184/99, que dispõe sobre isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos; *PLS nº 266/99, que dispõe sobre o incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes; e *PLS nº 84/99, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados às doações a entidades sem fins lucrativos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

▶ 11h30 - Comissão de Educação

Pauta: *PLS nº 387/99, modifica dispositivos da Lei nº 6.494/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizantes do 2º grau supletivo; *PLS nº 218/99, que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Uned), de Colatina; *PLS nº 22/99, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; *PLS nº 360/99, que denomina "Governador Edmundo Pinto" trecho da rodovia BR-364; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; e os *PDLs nºs 74, 140, 142, 148, 160, 163, 167, 154, 82, 33, 78, 111, 165, 161, 164, de 1999, que aprovam atos que renovam permissão e concessão para exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

▶ 14h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; *PLC nº 49/98, que cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o programa de vacinação em pessoas que alcançaram a terceira idade, internadas ou recolhidas em instituições geriátricas; *PLC nº 94/94, que acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho; *PLS nº 15/99, que altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal, e o artigo 75 da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; *PLS nº 191/99, que dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras; *PLS nº 267/99, altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para dispor sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV; *PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; *PLS nº 234/99, que estabelece proporção territorial nos estados para reservas ecológicas, ambientais e indígenas; *PLS nº 161/99, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem; *PLS nº 31/99, que cria o Conselho Federal e os conselhos regionais de leiloeiros oficiais, dispõe sobre a regulamentação da profissão de leiloeiro público oficial; *PLS nº 269/99, que estabelece normas para a destinação final de garrafas e outras embalagens; e *PLS nº 206/99, que institui o Programa de Complementação Alimentar às Famílias Carentes (Pró-Alimentar). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

▶ 15h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLS nº 482/99, altera o art. 10 da Lei nº 9.504/97, que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação; *PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; *PLS nº 93/99, anistia os eleitores e os membros de mesa receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral -, por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro de 1998; *PLS nº 99/99, altera os artigos 17 e 19 da Lei nº 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição federal, de modo a tornar obrigatória a referenda ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos juizes eleitorais; *PEC nº 49/99, acrescenta parágrafo aos artigos 28 e 29 da Constituição federal para estabelecer que a transmissão de cargo, substituição ou sucessão do governador e do prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância dos titulares; *PEC nº 32/99, acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; *PLS nº 61/99, altera a redação do artigo 46 da Lei nº 9.504/97; e *PEC nº 15/99, altera os arts. 28, caput, 29, inciso III, e 82 da Constituição federal, para fixar a posse do prefeito, governador, presidente da República e respectivos vices em 15 de dezembro do mesmo ano da eleição. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

▶ 17h - CPI do Sistema Financeiro

Convidado: Everardo Maciel, secretário da Receita Federal. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

ESPECIAL

▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Martinho por Chegar a Casa*, de Carlos da Silva e George Sluzer. *Audatório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CPI do Sistema Financeiro ouve Everardo Maciel

Secretário da Receita Federal vai apresentar anteprojetos de lei para combater a chamada elisão fiscal. Hoje, metade das 530 maiores empresas em funcionamento no país nada pagam de Imposto de Renda

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, deve apresentar nesta quarta-feira, a partir das 17h, aos senadores da CPI do Sistema Financeiro anteprojetos de lei destinados a fechar brechas legais usadas pelas empresas para reduzir o Imposto de Renda a pagar (elisão fiscal). No ano passado, esses dispositivos permitiram que metade das 530 maiores empresas brasileiras nada pagassem de Imposto de Renda.

Os senadores pediram os anteprojetos ao secretário da Receita no dia 20 de maio, quando ele prestou depoimento à CPI. Como ele não se

manifestou sobre o assunto até meados de agosto, a comissão decidiu convocá-lo novamente para que ele apresente suas propostas. O relator da CPI, João Alberto (PMDB-MA), já afirmou que pretende incluir algumas das sugestões do secretário nas recomendações finais da comissão.

Possivelmente ainda nesta quarta-feira, os senadores devem marcar a data em que a CPI ouvirá o ministro da Fa-

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do BC, Armínio Fraga, farão os últimos depoimentos na comissão

zenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, os dois últimos depoimentos a serem tomados antes de a comissão passar à discussão do relatório de João Alberto. As duas autoridades foram convocadas para opinar sobre algumas idéias que vêm sendo de-

fendidas por vários senadores, entre elas a retirada da fiscalização bancária das mãos do BC.

Alguns senadores entendem que só uma mudança na fiscalização do Banco Central impedirá a repetição de fatos como a venda de dólares pelo BC, a preços favoráveis, aos bancos Marka e FonteCindam, em meados de janeiro, pouco antes da mudança da política cambial. A venda desses dólares é um dos fatos sob investigação pela CPI. O relator informou à imprensa que pretende responsabilizar a então diretoria do BC, presidida por Francisco Lopes, o ex-dono do Marka, Salvatore Alberto Cacciola, e os controladores do FonteCindam pelos prejuízos do Banco Central na venda dos dólares.



Everardo Maciel se comprometeu a apresentar as propostas ao comparecer à CPI, em 20 de maio

Melo defende consolidação da estabilidade econômica

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu ontem a consolidação da estabilidade econômica alcançada no Brasil, ao analisar a "aparente crise" causada pelo confronto no governo entre os desenvolvimentistas "gastadores" e os "sovinas" defensores da estabilidade. Para ele, a questão é mais de atitude do que uma crise real gerada por dificuldades econômicas. "Não haveria problemas na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Japão ou na Alemanha se o desenvolvimento significasse abolição de problemas", disse o senador.

Melo diz que é preciso evitar paradigmas rígidos ou padrões importados de outros países. Como exemplo, citou a Índia, onde é possível colher lições para evitar problemas que se eternizaram naquele país, como o sistema de castas que impossibilita a ascensão social. "Na Índia, 50 milhões de habitantes nasceram, vivem, viverão e morrerão nas ruas sem terem dormido uma única vez sob um telhado. Países como a Índia e os Estados Unidos são exemplos para se olhar e apre-



Na opinião de Geraldo Melo, confronto no governo é "aparente"

ciar, mas não são modelos a ser perseguidos", afirmou.

Pedro Simon (PMDB-RS), que havia discursado antes de Melo citando a Índia como exemplo em projetos de irrigação agrícola, disse que a menção àquele país era em relação ao grande número de empregos criados com um sistema eficiente, mas sem sofisticação tecnológica. "Poderíamos fazer

uma irrigação de país pobre, porque os sistemas modernos utilizados hoje expulsam o trabalhador do campo", explicou.

Geraldo Melo defendeu a procura da solução correta para cada situação, e disse que o grande problema é saber de onde tirar os recursos para financiar o crescimento econômico. O senador explicou que o processo de conquista da estabilidade promovido pelo governo Fernando Henrique é lento e penoso até que se dê o impulso necessário à retomada do desenvolvimento. "O Brasil pagou um enorme preço para conquistar a estabilidade, mas precisa consolidar-se e nos garantir que o sofrimento de todos não foi em vão", completou.

Simon diz que substituição de Clóvis é o momento mais importante do governo FHC

"O grande momento do governo é agora. Vai-se decidir qual o caminho que se vai tomar", afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao analisar a mudança na pasta do Desenvolvimento, provocada pela demissão do ex-ministro Clóvis Carvalho.

Simon, que discursou antes do anúncio de que Clóvis será substituído por Alcides Tápias, disse que aquele era o momento mais importante do governo Fernando Henrique, acrescentando que talvez nunca tenha sido tão significativa a escolha de um nome para o ministério. "Faço um apelo para que até quarta-feira o presidente tenha escolhido o novo ministro. E rezo a Deus para que ilumine o presidente na escolha desse nome", disse ele.

Em sua opinião, Fernando Henrique agiu com a maior competência ao destituir Clóvis Carvalho, mas, acrescentou, escolher seu substituto é igualmente significativo. Para o senador, é conveniente que o presidente se conduza nessa escolha com o mesmo acerto com que agiu Itamar Franco quando surpreendeu o país substituindo Elizeu Rezende pelo próprio Fernando Henrique Cardoso na pasta da Fazenda, seis anos atrás. — Itamar, na hora decisiva, teve com-

petência. Deixou a nação boquiaberta. Escolheu um sociólogo, casado. É gente assim que terá de ser escolhida agora. Alguém para fazer o elo de ligação entre o governo e a sociedade.

Simon definiu como artificial o debate que coloca o ministro Pedro Malan e Clóvis Carvalho em posições contrárias. Lembrando que o Brasil nunca teve um plano de estabilidade com tanto tempo sem inflação, perguntou: "Será que alguém quer voltar à inflação maluca que tivemos?". Para Simon, o Brasil tem que crescer, mas gradativamente, mantendo a estabilidade. Em que proporção se dará esse crescimento, ele mesmo respondeu: "Isso é com a equipe do governo. Por isso é tão importante a escolha desse ministro".

Pedro Simon também explicou que o erro do discurso em que Clóvis criticou Malan não foi o conteúdo, mas o fato de que ali ele estaria criticando o próprio presidente da República. Opinou também sobre a necessidade de o novo títu-



Para Pedro Simon, o novo ministro deve ser "o elo entre o governo e a sociedade"

lar da pasta do Desenvolvimento ser um nome de peso. "Tem que ser alguém que se diga lá no interior do Rio Grande do Sul: 'Esse é um baita cara'. Não um cara que vai seguir o Malan ou que vai ser contra o Malan", sustentou ele.

Simon comentou declarações atribuídas ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, segundo as quais a permanência de Malan estaria ameaçada se não houver flexibilização da política econômica em um prazo de 90 dias. Para Simon, Antonio Carlos deveria ter alertado o presidente da República sobre a necessidade de mudanças e não defender alterações nos rumos da economia através da imprensa.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que não tinha a força que tem Simon para derrubar ministros, mas gostaria de ter o poder de nomeá-los. Segundo Lobão, Delfim Netto e Afonso Celso Pastore seriam bons nomes para ocuparem o Ministério do Desenvolvimento.

Lobão acredita na superação da crise e na retomada do crescimento

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que a imprensa brasileira tratou o episódio da queda do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Clóvis Carvalho, como um fato mais importante do que ele realmente foi. Ele acrescentou que esse mesmo comportamento foi assumido também no Congresso, tanto por deputados como por senadores.

Mesmo considerando que o episódio teve uma repercussão maior do que devia, Lobão defendeu a liberdade de imprensa e de opinião pelos parlamenta-

res como uma das vantagens da democracia. O senador exemplificou que uma situação como a ocorrida no Brasil não seria assistida no Iraque, na China ou na Coreia do Norte. "Mas lá o povo não participa das decisões; o povo é apenas o destinatário das decisões do governo", observou.



Segundo Edison Lobão, o que se espera de FHC são "decisões sensatas"

Lobão citou o parlamentar, escritor e diplomata pernambucano Joaquim Nabuco para argumentar que o presidente da República não deve apressar suas decisões, fato que vinha sendo criticado pela imprensa e por alguns políticos. Segundo Lobão, Nabuco costumava ensinar que dos mais prudentes não se podem esperar decisões

supremas. Por outro lado, dos mais exaltados também não se devem esperar atitudes sensatas.

— O presidente Fernando Henrique Cardoso não tem o desejo de tomar atitudes supremas, mas sim decisões sensatas — afirmou Edison Lobão.

O fato de Fernando Henrique, quando ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, ter apostado no sucesso do Plano Real foi citado por Lobão como uma demonstração de que o atual presidente não titubeia ao tomar suas decisões.

Lobão também defendeu o ministro da Fazenda, Pedro Malan, envolvido no episódio que culminou com a demissão de Clóvis Carvalho. Para o senador, Malan não é contra o desenvolvimento, mas contra uma "bolha de desenvolvimento falsa, quimérica".

— Acredito no Brasil, no povo brasileiro, em seu dinamismo e capacidade. Estou seguro que essa pequena crise pela qual estamos passando servirá de advertência para que nos reencontremos, no passo seguinte, com o grande destino da nação brasileira — concluiu.

Comissão Mista vai visitar áreas mais pobres do país

Parlamentares decidem formar grupos para conhecer de perto os locais onde situação de fome e miséria é mais evidente

Os parlamentares que integram a Comissão Mista do Congresso que estuda medidas para o combate à fome e à pobreza deverão visitar as diferentes regiões do país em que o problema da miséria é mais evidenciado. Para tanto, os parlamentares se dividirão em pequenos grupos, de modo a realizar maior número de visitas, que serão planejadas pela mesa da comissão.

A proposta foi apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), após a aprovação pelo plenário de requerimento dos deputados Luiza Erundina (PSB-SP) e Eduardo Campos (PSB-PE) solicitando uma visita da comissão à região da Zona da Mata pernambucana. A proposta do senador obteve a concordância do presidente da comissão, Maguito Vilela (PMDB-GO) e do plenário.

Maguito Vilela considerou fundamental que os parlamentares da comissão conheçam o problema de perto, lembrando que, quando governador de Goiás, foi após visitas semelhantes que tomou medidas importantes para o estado.

Em outros requerimentos aprovados, a comissão decidiu convocar para audiências públicas, em datas a serem confirmadas, o governador do Distrito



Comissão selecionou 54 propostas já apresentadas para enfrentar fome e miséria

Federal, Joaquim Roriz, Aldaíza Sposati e dois representantes da Unicef no Brasil. Proposta de criar um grupo temático para elaborar um Plano de Metas Sociais, apresentada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), também foi aprovada.

LISTAGEM PRELIMINAR

A vice-presidente da comissão, senadora Marina Silva (PT-AC), distribuiu uma lista das proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que, a partir de diferentes temas e origens partidárias, tratam do problema da pobreza no país.

Do total de projetos em tramitação,

a seleção oferecida pela senadora à análise do relator e da comissão reúne 54 propostas que visam a ampliação do nível de emprego e renda nos setores mais pobres da população; a redução dos níveis de marginalidade social; a difusão de programas de atendimento nutricional; e a diminuição dos problemas de falta de terra e crédito para os trabalhadores rurais.

Dos 54 projetos selecionados por Marina Silva, 24 foram apresentados por parlamentares do PT; dez do PMDB; sete do PSDB; cinco do PFL; quatro do PDT; um do PPS; um do PTB; um do PPB, e um do PP.

Mozarildo pede que região Norte receba mais atenção

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) reivindicou ontem mais atenção do governo para a região Norte. "É imprescindível que os brasileiros deixem de pensar unicamente no litoral e olhem para o interior, em especial para a Amazônia. Há problemas sérios em países vizinhos como a Colômbia e a Venezuela que podem respingar no Brasil", alertou.

Para Mozarildo, desde os tempos do "milagre brasileiro" na década de 70, o país vem passando por processos diversos de desaceleração da atividade produtiva, culminando nas crises dos últimos governos. "Houve retrocesso nas políticas sociais e de desenvolvimento regional, deixando algumas regiões mais pobres do que já eram. Na verdade, mesmo na época do 'milagre' a região Norte ficou fora de seus benefícios", disse.

Mozarildo reconheceu que se registraram, nos últimos anos, "alguns poucos resultados" em favor das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. "Houve um au-



Mozarildo: "Mesmo na época do 'milagre' o Norte recebeu poucos benefícios"

mento da localização de grandes empresas entre 70 e 90: no Norte, de 0,9% para 3%; no Nordeste, de 6,3% para 10,15%; e no Centro-Oeste, de 1,6% para 2,9%. Muito pouco, se considerarmos que 80% dessas empresas ainda se concentram nas regiões Sul e Sudeste", afirmou.

O senador por Roraima citou o programa de Financiamento e Empreendimentos (Finem) do BNDES como

exemplo da discriminação que sofrem as regiões mais pobres do Brasil. "Para a aquisição e leasing de equipamentos importados, são disponibilizados R\$ 7 milhões para empreendimentos das regiões Sul e Sudeste. No caso das demais regiões, o valor fica reduzido para R\$ 1 milhão", disse ele.

Ao finalizar seu pronunciamento, Mozarildo Cavalcanti afirmou que a concentração de recursos e investimentos no Sul e Sudeste também tem seus aspectos prejudiciais. "Isso fomenta a migração proveniente das regiões mais pobres, pressionando os serviços públicos e a oferta de empregos."

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o governo precisa tomar decisões que beneficiem as regiões desfavorecidas, sob pena de continuarem a existir, no Brasil, injustas e profundas desigualdades regionais. Também em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez questão de afirmar que o Rio Grande do Sul também ficou de fora de muitos tipos de incentivos regionais.

Projeto limita reservas indígenas e ambientais

As áreas ocupadas por reservas ecológicas, ambientais e indígenas não poderão ultrapassar 30% da área total de cada estado da Federação e as reservas já demarcadas que estiverem acima desse percentual passarão por uma revisão a ser elaborada pelo Senado. A determinação está contida em projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que será examinado nesta quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em reunião que começa às 14h30.

A proposta pretende, segundo a justificativa do autor, evitar que "as reservas ecológicas e parques nacionais continuem a ser criados com base em critérios pouco razoáveis, inviabilizando o desenvolvimento de estados brasileiros". A matéria foi relatada favoravelmente pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), que incluiu duas emendas à proposta original, uma delas tratando do prazo para implementação da lei. Marluce cita, no relatório, o caso do seu estado (Roraima), onde mais 40% do território se destina à reserva dos índios yanomami.

Também constam da pauta de vo-

tações da CAS outras 12 matérias, entre elas, a que cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade – nesse dia os idosos deverão receber vacinas antigripal, antipneumocócica e antitetânica. A proposta institui ainda um programa de vacinação para pessoas dessa faixa etária, internadas ou recolhidas em asilos, casas de repouso ou hospitais.

Outro projeto da área de assistência médica dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. A proposta é de autoria do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) e é relatada pela senadora Marluce Pinto, que apresentou substitutivo.

A comissão, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), deve apreciar, ainda, um projeto de lei do senador Freitas Neto (PFL-PI) que cria o Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras e outro do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que institui o Conselho Federal e os conselhos regionais de Leiloeiros Oficiais, além de tratar da regulamentação da profissão.

Reunião da Comissão de Assuntos Sociais está marcada para amanhã



Senadores autografam livros em feira no Recife

O estande do Senado tem sido dos mais movimentados na 2ª Feira Internacional do Livro de Pernambuco, iniciada sábado no Centro de Convenções de Recife. No domingo à tarde, o estande recebeu a visita do senador Roberto Freire (PPS-PE), que autografou exemplares do livro *Anistia*, obra em dois volumes documentando as atividades desenvolvidas há 20 anos pela Comissão Mista do Congresso Nacional sobre o assunto.

Outras duas sessões de autógrafos estão previstas. Hoje, às 17h, o senador José Jorge (PFL-PE) autografou separatas de discursos. Na sexta, às 19h, é a vez do senador Carlos Wilson (sem partido-PE) autografar coletânea de seus pronunciamentos.

Além desses eventos, o estande oferece diversos lançamentos e os cerca de 100 títulos incluídos no Catálogo de Publicações do Senado, todos vendidos

a preço de custo. Como tem acontecido em todas as feiras de que o Senado participa, a obra mais procurada até o momento é a Constituição federal, disponível em versão impressa e em disquete.

Especialmente para esta feira, foi atualizado o livro com as biografias dos senadores de Pernambuco desde o Império, que está sendo doado aos interessados. Também no estande o público recebe o *Jornal do Senado*, assiste ao vivo à transmissão pela TV Senado das sessões plenárias e reuniões de comissões, ouve a Rádio Senado e acessa a página do Senado na Internet.

A participação do Senado na Feira de Pernambuco, que termina domingo, envolve a Secretaria de Informação e Documentação, a Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a Secretaria de Comunicação Social e o Prodasen.